

EDITORIAL

SOS UERJ

Por definição do próprio Executivo, devemos ter agora em junho a segunda audiência com o Governador, para tratar da grave situação por que passa a nossa Universidade. Está claro que conquistamos um avanço, fazendo com que a UERJ volte a ser recebida pelo Governador, em nosso entendimento um requisito mínimo de tratamento respeitoso para com uma das maiores universidades do país. Para nós, entretanto, essa é condição necessária, mas não suficiente para reverter a crise por que passamos. É preciso que tenhamos respostas para as reivindicações, é preciso que o Governo sinalize avanços reais no atendimento às demandas da instituição, de seus trabalhadores e estudantes.

E o momento é preocupante: as prometidas obras não começaram, as escoras continuam no 12º andar (a verba para a recuperação das rampas, ao que parece, foi liberada agora em 1º de junho, prazo muito distante

daquele prometido pelo próprio Governador quando da assunção do cargo de Chanceler), os salários continuam congelados, as promessas continuam intocadas naquele papel assinado antes das eleições. No calendário proposto, na verdade imposto, pelo Governo, em maio deveríamos ter sido recebidos pelos secretários, acumulando elementos de negociação para essa nova audiência prometida para junho. No entanto, não aconteceram as audiências com os secretários, apesar de nossa insistência e disposição. Em uma tática já conhecida de todos nós, os secretários marcaram apenas para meados de junho a primeira das reuniões conosco, que, em tese, antecederiam a audiência com o Governador.

Já havíamos dito aos representantes do Executivo, repetidas vezes, que a UERJ vive uma gravíssima crise de financiamento, que os prazos que o Governo estava concedendo a si mesmo eram por demais longos e que a relevância

social dos serviços que nossa instituição presta à sociedade fluminense justifica uma atenção especial por parte dos gestores de nosso Estado. Não obstante o discurso de centralidade da UERJ na atual gestão, reproduzido por diversos integrantes do Governo (inclusive do próprio Governador), o fato é que a Universidade vê a cada dia aprofundar-se a mesma crise que denunciávamos amplamente no ano passado, em nossas mobilizações.

Diante disso, nossa primeira assembléia da campanha salarial de 2007 deliberou deflagrar a campanha SOS UERJ, que tem por objetivo expor publicamente, mais uma vez, as precárias condições de trabalho e estudo na Universidade. É importante dar visibilidade à crise, cha-

apenas um primeiro passo; sabemos que será preciso reunir, debater, refletir e buscar alternativas de mobilização que, de fato, possam trazer conquistas e nos tirar da situação difícil em que nos encontramos.

Ao lado da campanha salarial temos a luta pela aprovação de nosso Plano de Carreira, cuja proposta aprovada em assembléia após processo de discussão nos fóruns da entidade, já foi encaminhada às instâncias da Universidade. Há avanços importantes previstos em nossa proposta, tais como a dedicação exclusiva e as possibilidades de progressão, hoje resritas à titulação.

Viveremos, ainda em 2007, o processo eleitoral que vai eleger a nova diretoria da entidade e também os representantes de nosso Conselho. Por isso, é fundamental que as unidades realizem essa discussão,

buscando indicar seus representantes, pois, há muito já sabemos, disso depende o fortalecimento e o funci-

onamento mais arejado e democrático de nossa entidade, cuja direção política será tanto mais acertada quanto mais as decisões estiverem próximas do conjunto dos professores.

Por fim, como todos sabemos, o processo de definição das regras eleitorais para a Reitoria e demais instâncias de direção da UERJ está sendo bastante atribulado. Mesmo sem entrar no mérito das questões que estão em jogo, cremos que cabe fazer aqui um alerta: é preciso encontrar soluções mais negociadas com o conjunto dos segmentos da Universidade, exercitando, de fato, a democracia e evitando expor a instituição a decisões facilmente reconhecidas, na sociedade, como distorções do processo democrático ou mesmo como legislação em causa própria. Afinal, julgamos que a preservação das conquistas que garantem à Universidade um funcionamento mais democrático – fruto de longas e difíceis lutas – deve ultrapassar quaisquer interesses de ocasião.

QUAL SERÁ O PAPEL DO GOVERNO SÉRGIO CABRAL NA RELAÇÃO COM A UERJ?

mar a sociedade a defender essa causa, pressionando o Governador a assumir sua responsabilidade política com esse patrimônio público, signo de excelência em ensino, pesquisa e extensão.

Vamos repetir, em todos os espaços possíveis, a pergunta que temos feito aos representantes do Governo, quando estes insistem em buscar uma diferenciação diante da gestão anterior: Qual será o papel do Governo Sérgio Cabral na relação com a UERJ? O de oferecer alternativas de superação da crise ou o aprofundamento dela, seja por ação ou omissão? As perspectivas, de fato, não têm abonado as declaradas boas intenções do Governo: pauta de negociação intocada e incerteza quanto aos repasses – o que, inclusive, gerou, no início do semestre letivo, o problema com a carga horária dos contratos administrativos – são fatos inequívocos que nos apontam o caminho da luta.

Mas sabemos que a campanha SOS UERJ será

**ASSEMBLÉIA DOCENTE: 28/06, 16h, Aud. 53 do Pavilhão João Lyra, Filho.
Pauta: Plano de Carreira Docente e Campanha Salarial.**



Informe ASDUERJ

Foto: Divulgação



SOS Uerj

36 ônibus, como os da foto acima, estão em circulação na região metropolitana do Rio de Janeiro (veja relação com especificação das linhas em www.asduerj.org.br). Os chamados “outbuses” são parte da campanha de esclarecimento da população do Estado quanto à permanência da crise financeira da universidade. A campanha decidida pela assembléia do dia 3 de maio conta ainda com diversos cartazes espalhados em toda a universidade, que têm a finalidade de mobilizar a comunidade interna.

Sem propostas de reajuste

No dia 14/06, representantes da Asduerj e do Sintuperj estiveram em nova audiência com o Secretário de Ciência e Tecnologia, Alexandre Cardoso. Novamente os representantes das entidades ouviram que o Governo do Estado ainda não pode apresentar qualquer proposta de reajuste salarial.

Os servidores lembraram que o próprio Governador havia determinado a realização de encontros com o secretariado para avançar nas negociações, comprometendo-se, inclusive, a receber as entidades no final de junho. O secretário, entretanto, disse que ele estava representando o governador, dando a entender que não havia nenhuma garantia de audiência com Cabral neste mês. Mais uma vez evitou menção a prazos.

Plano de Carreira

A assembléia docente, realizada no dia 10 de maio, aprovou a proposta de plano carreira, elaborada pelo Grupo de Trabalho da Asduerj. Entre as novidades da proposta, encontram-se o estabelecimento da dedicação exclusiva e a criação de mecanismos de progressão horizontal na carreira (a proposta aprovada e seus anexos, além de outros documentos correlatos, estão disponíveis em www.asduerj.org.br). A

assembléia aprovou também a constituição de uma nova comissão para rever a Resolução 03/91, que instituiu além do atual plano em vigor, outras normas relativas à atividade docente. O PCD foi encaminhado à reitoria como proposta dos docentes da universidade e encontra-se em tramitação nas comissões do Conselho Universitário.

Eleições Asduerj

A assembléia docente realizada no dia 23/05 definiu as datas do processo eleitoral para a diretoria da Asduerj correspondente ao biênio 2007/2009.

A inscrição de chapas ocorrerá entre os dias 30 de julho e 03 de agosto e os docentes votarão nos dias 18, 19 e 20 de setembro.

Os professores que desejarem participar da comissão eleitoral deverão entrar em contato com a secretaria da entidade.

FGTS 1

A assessoria jurídica da Asduerj comunicou a liberação nas contas do FGTS de mais um grupo de professores. Segundo o advogado da entidade, são cerca de cem docentes que ainda não haviam recebido a correção referente às perdas devidas a planos econômicos. Os professores que ainda não foram contemplados em liberações anteriores e que não assinaram o termo de acordo com o governo devem entrar em contato com a secretaria da Asduerj ou solicitar informações em qualquer agência da Caixa Econômica Federal.

FGTS 2

Foram liberadas as parcelas de depósito do FGTS referentes ao período compreendido entre o mês de novembro de 1983 e fevereiro de 1984. Na época, a Uerj não havia feito os depósitos nas contas dos servidores, o que ocorreu, posteriormente, através de um montante único. Só agora a Caixa Econômica Federal e a Uerj definiram o valor devido a cada servidor. Os que se encontravam em atividade na Uerj neste período devem solicitar o saldo da conta em qualquer agência da CEF.

Aposentadoria

Todo servidor que completou o tempo para aposentadoria e permaneceu em atividade deve requerer imediatamente a isenção do desconto previdenciário (conhecida como abono permanência). A isenção vale a partir da data de aquisição do prazo para aposentadoria e o pagamento dos atrasados costuma ser demorado.

Filiação e atualização de dados

Os docentes filiados à Asduerj já podem atualizar seus dados “on line”. Para isso, basta acessar a página da entidade www.asduerj.org.br.

A correção das informações, inclusive quanto ao endereço eletrônico, é fundamental para rapidez e eficiência da comunicação da associação com seus filiados.

Os não-filiados também podem fazer seu cadastramento no site.

expediente

DIRETORIA DA ASDUERJ (BIÊNIO 2005/2007)

Presidente: Nilda Alves (Edu) • **I Vice-Presidente:** Denise Brasil (CAp)

II Vice-Presidente: Iná Meireles (HUPE) • **I Tesoureiro:** Arnaldo José Noronha Filho (FCM)

II Tesoureiro: Domenico Mandarino (FAF) • **I Secretário:** Inalda Alice Pimentel do Couto (FFP)

II Secretário: Antonio Braga Coscarelli (IME/Aposentado)

CONSELHO EDITORIAL: Antonio Braga Coscarelli, Denise Brasil e Iná Meireles

EQUIPE TÉCNICA: Jornalista: Sérgio Franklin **Estagiária de Jornalismo:** Paula Almada

Edição Visual: Leila Braille

Socorro federal

Fonte: Folha Dirigida

REITORES DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS REÚNEM-SE COM GOVERNADOR EM BUSCA DE ALTERNATIVAS FINANCEIRAS

O governador Sérgio Cabral Filho se reuniu com os reitores de universidades públicas do Estado em um café-da-manhã, no dia 23/05. Além dos dirigentes da Uerj e da Uenf, estavam presentes reitores de universidades federais, representantes de instituições de pesquisa e o secretário estadual de Ciência e Tecnologia, Alexandre Cardoso. No encontro, foi acordada uma parceria com parlamentares do Rio de Janeiro no Congresso Nacional para que propostas de

emendas orçamentárias se destinem às instituições públicas de ensino superior do Estado.

Foi discutido também o problema administrativo dos hospitais universitários. Segundo o reitor da Uerj, “o governador se comprometeu a intermediar o pedido de uma reunião com o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, para tratar dos Hospitais Universitários”.

As entidades representativas de professores, servidores e alunos da Uerj não foram informa-

das sobre o encontro. Ouvido pela Folha Dirigida, o coordenador do Sintuperj, José Arnaldo Gama, informou que não enviou qualquer documento por não ter sido avisado do encontro.

Guilherme Pimentel, representante do Diretório Central dos Estudantes (DCE), declarou ao periódico que caberia à reitoria informar a comunidade e o Conselho Universitário sobre este tipo de reunião. “Do jeito que foi feito, nem sequer sabemos ao certo o que foi discutido”, reclamou.

ELEIÇÕES PARA A REITORIA

Conselho Universitário reafirma encaminhamento polêmico e começa a definir regras para o pleito

Foto: Paula Almada

Após quatro sessões de discussão, o Conselho Universitário retomou, no dia 25 de maio, a votação da regulamentação da eleição para a Reitoria da Uerj, quadriênio 2008-2011. O texto de normatização do pleito passou a ser definido apenas após a polêmica decisão sobre a forma de encaminhamento da votação, ocorrida no dia 27 de abril.

A divergência residia ao tratamento a ser dado ao documento que regulamentaria a eleição passada. Para alguns conselheiros, a resolução anterior caducara, já que especificava o quadriênio 2004-2007. Assim, um texto novo - mesmo repetindo alguns artigos do documento anterior, utilizado apenas como “guia” para a formulação do atual - exigiria a aprovação por 2/3 do colégio eleitoral (40 votos).

Segundo argumentos de outros, a regulamentação continuaria válida como resolução estatutária, exigindo a aprovação por 2/3 do Conselho para as alterações do seu texto. Este entendimento foi reconhecido em uma votação conturbada, realizada após as bancadas de estudantes e de técnico-administrativos se retirarem da sessão. Com a saída dos conselheiros, a polêmica foi decidida por maioria simples.



O que já foi aprovado

Até o fechamento desta edição, na sessão do dia 25/05, além do voto dos calouros, foi aprovada a participação dos servidores técnicos que ingressarem na universidade no semestre letivo das eleições. Aos estudantes do 9º ano do CAP (correspondente à antiga 8ª série) foi estendido o direito de voto, assim como aos residentes de todas as unidades. Foi derrotada a proposta de voto dos aposentados.

Na sessão do dia 15/06, foi mantido o voto paritário, a discussão voltou-se para a fórmula utilizada para o cálculo do “peso” dos votos de cada um

dos segmentos. No regimento da eleição passada, a conta era feita pela divisão do número de votos em candidato pelo tamanho do colégio eleitoral da categoria. Segundo a proposta apresentada pelo Conselheiro Jorge Máximo, o cálculo deveria ter como base o número total de votantes, o que garantiria, na prática, um “peso” igual para as escolhas de estudantes, técnicos e docentes. Apesar da nova conta ter obtido a aprovação de 25, dos 41 Conselheiros presentes, a maioria qualificada não foi atingida e a fórmula anterior foi preservada.

Prestação de Contas

ASDUERJ - ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UERJ PRESTAÇÃO DE CONTAS 2006 / 2007

DESPESAS

	NOVEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	TOTAL
INSS	0	4.544,44	4.376,22	0	2.188,87	2.249,58	13.359,11
FGTS	0	1.078,30	1.018,85	0	494,00	507,47	3.098,62
IRRF	0	343,05	353,69	0	168,38	165,61	1.030,73
PIS	0	61,75	123,50	0	61,75	61,75	308,75
FÉRIAS	0	0	5.947,59	0	0	0	5.947,59
CONS.CONTÁB.	871,46	871,46	580,97	580,97	580,97	580,97	4.006,80
CONS.INFORM.	1.157,50	1.252,39	480,00	960,00	0	1.153,40	5.003,29
ASS.JURÍDICA	1.517,10	1.517,10	1.517,10	1.517,10	1.517,10	1.517,10	9.102,60
ANDES-SN	0	10.713,52	11.049,60	10.021,54	10.476,09	0	42.260,75
FOTÓGRAFO	0	298,00	0	298,00	596,00	605,00	1.797,00
PERDAS FGTS	0	302,01	694,64	260,00	0	150,67	1.407,32
CORREIOS	605,55	473,65	12.434,75	485,95	476,15	502,40	14.978,45
FOLHA PAG.	8.127,18	6.432,40	7.877,40	7.927,40	7.727,37	7.508,61	45.600,36
PROD. VISUAL	80,00	0	1.900,00	1.600,00	0	1.600,00	1.180,00
ESTÁGIO	500,00	0	500,00	550,00	0	1.050,00	2.600,00
13º SALÁRIO	0	2.815,36	0	0	0	0	2.815,36
RENOV.ASSIN.	1.443,87	2.119,45	83,95	83,95	83,95	548,35	4.363,52
XEROX	0	28,00	120,00	15,00	0	120,40	283,40
TELEFONE	1.235,75	708,91	1.203,71	607,04	813,54	922,05	5.491,00
ÁGUA	70,00	63,02	80,00	73,00	70,00	56,00	412,02
MAT.ESCRIT.	201,54	93,16	90,30	5,80	0	62,40	453,20
IMPRENSA	0	1.000,00	0	1.050,00	1.050,00	1.050,00	4.150,00
ADIANT.SALÁR.	450,00	1.900,00	580,00	500,00	950,00	900,00	5.280,00
PASSAGENS	3.760,00	803,27	0	4.733,12	596,00	103,00	9.995,39
DIÁRIAS	0	0	0	2.100,00	0	0	2.100,00
CONFEC.FAIXAS	0	0	0	610,00	0	450,00	1.060,00
DIVULGAÇÃO	2.517,50	6.400,00	3.311,71	1.453,48	4.514,36	835,72	19.032,77
SERV.GRÁFICOS	261,68	275,63	7.050,00	146,62	0	2.500,00	10.233,93
MAT. LIMPEZA	0	100,00	327,80	0	0	0	427,80
MAT. COPA	0	50,57	230,80	70,43	0	59,85	411,65
DOAÇÕES	0	0	150,00	0	1.000,00	10.000,00	11.150,00
ADIANTAM.	0	0	0	0	0	3.670,00	3.670,00
MANUTENÇÃO	0	0	0	0	1.670,00	3.060,00	4.730,00
CPMF E OUTROS	0	0	199,88	146,62	165,63	170,23	682,36
Total	22.799,13	44.245,44	62.282,46	35.796,02	35.200,16	42.160,56	242.483,77

ASDUERJ - ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UERJ Prestação de Contas 2006 / 2007

RECEITAS

	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Total
Varição das Aplicações	7.134,47	2.393,45	2.362,75	25.960,89	2.490,79	2.493,71	42.836,06
Devolução Adiantam.	3.760,00	6.500,00	----	801,71	1.019,43	----	12.081,14
4% Perdas FGTS	904,22	----	902,95	----	----	1.553,37	3.360,54
Contrib. Associados	45.210,15	45.296,95	45.205,05	45.311,46	45.292,87	31.572,51	257.888,99
TOTAL	57.008,84	54.190,40	48.470,75	72.074,06	48.803,09	35.619,59	316.166,73

Observação

Saldo em 31/10/2006
314.621,20

Saldo em c/c: 35.325,08

Saldo em 30/04/2007
357.457,26

Saldo em c/c: 35.325,08

A prestação de contas da Asduerj relativa ao período compreendido entre novembro de 2006 e abril de 2007 foi aprovada em assembléia no dia 23 de maio. Veja os gráficos das despesas, receitas e a previsão de gastos para os próximos 12 meses.

ASDUERJ-ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UERJ

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA (período maio de 2007 a abril de 2008)

1. Receitas

1.1 Contribuição dos filiados	543.737,52
1.2 Rendimento - aplicações financeiras	29.924,52
1.3 Outras receitas	3.500,00
TOTAL RECEITAS	577.162,04

2. Despesas

2.1 Pessoal

2.1.1 Salários	89.500,00
2.1.2 Férias	6.500,00
2.1.3 13º Salário	6.700,00
2.1.4 Previdência	29.723,28
2.1.5 FGTS	6.298,00
2.1.6 Abono Salarial	11.124,00
2.1.7 Adiant. Salário	6.500,00
2.1.8 Bolsa (estag.)	12.600,00

2.2 Serviços de terceiros

2.2.1 Correios	22.000,00
2.2.2 Serviços Gráficos	50.500,00
2.2.3 Divulgação	15.000,00
2.2.4 Renov. Assinaturas	2.700,00
2.2.5 Telef. déb. aut+ celular	14.280,00
2.2.6 Xerox	5.200,00
2.2.7 Mat. Informática	5.100,00
2.2.8 ANDES/repasses	152.588,00

2.2.9 Consultorias

Jurídica	18.205,20
Contábil	6.971,64
Informática	5.760,00
Prod. Visual	19.200,00
Outros	2.000,00

2.3 Custas judiciais **3.400,00**

2.4 Taxas e Impostos **3.307,80**

2.5 Adiant p/eventos **4.000,00**

2.6 Despesas com viagens

2.6.1 Passagens	12.800,00
2.6.2 Hospedagem	5.500,00
2.6.3 Diárias	6.600,00
2.6.4 Rateio	5.000,00
2.6.5 Outros	2.000,00

2.7 Despesas Gerais

2.7.1 Material Papelaria	3.543,00
2.7.2 Material limpeza	980,00
2.7.3 Material de copa	3.050,00
2.7.4 Manutenção /Outros	1.895,00

TOTAL DE DESPESAS: 540.525,92

Asduerj, 21 de maio de 2007

Governo Federal quer fundações administrando HUs

Projeto prevê a criação de fundações estatais de direito privado em hospitais da União.
Modelo deve ser reproduzido em rede estadual

Foto: SINTUPERJ

O governo federal deve implementar em breve no Rio de Janeiro o projeto de fundações estatais na administração dos hospitais públicos. A proposta, segundo Maria Inês Bravo, coordenadora do Projeto de Políticas Públicas de Saúde da Faculdade de Serviço Social da Uerj, é a criação de uma fundação para cada um dos hospitais considerados de referência no estado – ou de “interesse comercial”, como definiu a docente. São eles o Instituto de Traumatologia, Instituto do Câncer e Instituto Nacional de Cardiologia. Uma outra fundação cuidaria da administração dos demais hospitais federais. No Governo do Estado, a proposta seria de uma única fundação para todas as unidades estaduais, inclusive o Hupe.

O projeto segue recomendação do relatório formulado por uma comissão interministerial, formada pelos Ministérios da Educação, da Saúde, da Ciência e Tecnologia e do Planejamento. O texto sugere como solução para a situação dos hospitais universitários federais a implementação das chamadas fundações estatais. As entidades atuam na administração das instituições, através de contrato de prestação de serviços com o poder público.

A proposta está de acordo com outro relatório, desenvolvido apenas pelo Ministério do Planejamento, que situa o projeto dentro da busca por uma “uma nova tecnologia organizacional capaz de atender às necessidades da ação pública no campo social”. Define, ainda, as fundações como instituições regidas “por regras do direito privado, à semelhança do formato da empresa estatal sem, entretanto, se referenciar no modelo competitivo da busca pelo lucro”.

Entidades se opõem ao modelo

Os argumentos utilizados para justificar a implementação das fundações não se sustentam, afirma a diretora da Associação de Docentes da UFRJ, Sara Granemman. Segundo ela, a desburocratização do repasse de verbas acaba confundindo-se com a falta de controle sobre os gastos e arrecadação dessas instituições. “O controle social é uma vitória da pressão do movimentos sociais”, declarou a docente, durante seminário promovido pela regional do Andes-SN e pela Aduni-Rio. “A crítica da burocracia tem sido usada para garantir a privatização”, concluiu.

Sara comparou o modelo proposto para os hospitais ao das fundações ditas de apoio, instaladas em um grande número de universida-



Dia Nacional de Lutas

Milhares de trabalhadores, em todo o país, participaram de manifestações contra as reformas neoliberais, por salário, reforma agrária e moradia. O Dia Nacional de Lutas foi promovido pela CUT, Intersindical e Conlutas, em unidade histórica.

No Rio de Janeiro, cerca de sete mil pessoas ocuparam a Av. Rio Branco. Tra-

balhadores dos setores público e privado, sem-terra, sem-teto e estudantes protestaram também contra a política de segurança do governo estadual, concretizada na utilização dos temidos “caveirões” e contra as remoções de famílias moradoras de áreas próximas aos jogos do Pan. (Fonte: Adufrj e Sintufri)

des públicas do país. “As fundações estatais de direito privado não guardam muitas diferenças dos outros tipos, como as das universidades. Em geral, não apóiam, mas parasitam, apóiam-se nessas instituições”, disse.

Para Vera Miranda, da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras – Fasubra Sindical –, a proposta revela a desobrigação do Estado com o modelo público. A sindicalista, que representou a entidade nacional no debate promovido pelo Sintuperj, criticou a fragilidade do modelo no que diz respeito à garantia de recursos para os hospitais. Não há valores fixos e exige-se uma

disputa anual pelos contratos, afirmou.

Outro problema estaria na definição do regime de trabalho para os servidores dos hospitais. Segundo Maria Inês Bravo, o modelo de fundações acaba, progressivamente, com o Regime Jurídico Único, já que prevê a contratação por CLT. Além disso, o projeto não leva em consideração a luta por planos de carreira e melhorias salariais dos trabalhadores da saúde, relegando a cada instituição a definição dos seus planos. “Isso fragiliza a luta dos trabalhadores”, disse a docente durante debate promovido pelo Sintuperj no Dia nacional de luta contra as fundações na área de saúde.

Paulo Freire, Sempre.

Asduerj e parlamentares lembram os dez anos de morte do educador com homenagem na Assembléia Legislativa

“E stamos corrigindo um erro histórico”, comemorou a professora da USP Lizete Arelaro durante a entrega da Medalha Tiradentes *post mortem* à viúva de Paulo Freire, Ana Maria Freire. A homenagem, que antecedeu o seminário “Paulo Freire, Sempre!”, promovido pela Asduerj em conjunto com os mandatos dos parlamentares Chico Alencar, Marcelo Freixo e Eliomar Coelho, lotou o auditório do prédio anexo da Assembléia Legislativa no dia 21 de maio.

Para Arelaro, que assessorou Freire na sua gestão frente à Secretaria de Educação da cidade de São Paulo, entre 1989 e 1991, “a academia sempre desprezou o autor de “Pedagogia do oprimido”. “É muito bom que este pensamento possa ser recuperado agora, quando a educação vive uma grande crise no país”, afirmou, antes de anunciar que o Conselho Universitário da USP deverá aprovar uma homenagem semelhante.

No auditório da Alerj, porém, não era apenas a academia a homenagear o professor. Lá também estavam alunos e educadores do Movimento Sem-Terra, de cursos de alfabetização da Baixada Fluminense e de presídios cariocas. Todos ansiosos para dar seu depoimento como exemplos vivos da força dos ensinamentos de Freire.

“Ele fez com a palavra a mais bonita revolução vista no Brasil, que, infelizmente, foi abortada por um golpe de armas em 64”, declarou a diretora da Asduerj, Inalda Pimentel. Coordenadora da mesa de abertura do seminário junto com o vereador Eliomar Coelho, ela expressou a satisfação da entidade em compartilhar a homenagem ao educador. O vereador, que foi aluno de Freire na Universidade de Brasília, anunciou a criação, pela Câmara Municipal, do Prêmio Paulo Freire, que será destinado a ações inovadoras na área de educação.

“Ele fez com a palavra a mais bonita revolução vista no Brasil, que, infelizmente, foi abortada por um golpe de armas em 64”, declarou a diretora da Asduerj, Inalda Pimentel.

Coordenadora da mesa de abertura do seminário junto com o vereador Eliomar Coelho, ela expressou a satisfação da entidade em compartilhar a homenagem ao educador. O vereador, que foi aluno de Freire na Universidade de Brasília, anunciou a criação, pela Câmara Municipal, do Prêmio Paulo Freire, que será destinado a ações inovadoras na área de educação.



Foto: Sérgio Franklin • Lizete Arelaro, Eliomar Coelho, Inalda Pimentel, Ana Maria Freire e Augusto Boal.

Radicalidade e transformação

A diretora da Asduerj, Nilda Alves, que participou da segunda mesa do seminário com o Deputado Federal Chico Alencar, chamou atenção para a capacidade de transformação que o educador demonstrou na sua vida. “Paulo Freire foi um fracassado numa determinada fase da sua vida, tendo, inclusive, que sair do país, mas foi capaz de criar,

A escola para Freire deveria ser, fundamentalmente, um “espaço da alegria, da curiosidade e da ebulição de idéias”, lembrou o deputado Chico Alencar. O parlamentar enumerou, ainda, a importância dada pelo pensador aos conceitos de troca, criação, amor, esperança e utopia no processo de educação: “tornar possível o que parece impossível”.

Um pensamento profundamente radicado no

Política de educação reprovada

A homenagem serviu também como palco para manifestações de professores e alunos contra um das maiores crises vividas na área da educação.

Para membros do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (Sepe-RJ), presentes ao seminário, a falta de investimento transforma propostas como a dos ciclos sem reprovação – implementada por Freire quando secretário de Educação em São Paulo – em demagogia e irresponsabilidade.

“Enquanto a quantidade de alunos matriculados na rede (municipal) cresceu em 10 anos, com 76.275 alunos a mais, a quantidade de professores em sala de aula foi reduzida em 1.545 nesse mesmo período.”, denuncia o Sepe. Além disso, o tempo dedicado à preparação das aulas foi reduzido pela metade desde a primeira gestão César Maia. O sindicato informou ainda que a prefeitura já deixou de aplicar cerca de R\$ 4.6 bilhões na rede, nos últimos sete anos.

de se transformar”, afirmou. Ela lembrou dos inúmeros professores que repetem, nos dias de hoje, a saga de Freire contra o fracasso. “Vou em escolas e encontro pessoas trabalhando de forma inacreditável. Professores que estão há dez anos sem acerto salarial e que encontram uma saída, inspirados em Freire”, emocionou-se a docente da Faculdade de Educação da Uerj.

No Estado

A crise no âmbito do governo estadual não é de menor grau. A falta de professores que mantém milhares de alunos sem aula em todo o Estado e o não cumprimento das promessas anunciadas pelo governador Sérgio Cabral durante a campanha foram duramente criticadas pelos presentes. Segundo membros da diretoria do Sepe, Cabral havia prometido um reajuste para os docentes de 26%, o que não foi cumprido.

Desde então, até mesmo o secretário de Educação, Nelson Maculan, admitiu uma defasagem de 60% nos vencimentos dos servidores da Educação. Os profissionais da área realizaram paralisações com manifestações bem-sucedidas nos dias 23 de maio e 12 de junho, mas não acarretaram qualquer ação concreta do novo governo.

seu tempo e espaço e, por isto mesmo, passível de prever o futuro, declarou Ana Maria Freire. Para ela, a obra de Paulo Freire só será ultrapassada quando forem eliminadas as condições de opressão. Ou como sintetizou Augusto Boal lembrando os dez anos de ausência do educador, “seu tempo pode ter acabado, mas seu pensamento não”.

O fluir e fruir da pactuação coletiva

O debate sobre o Direito de Greve deve ser ampliado

Um dos principais assuntos no momento político, social e sindical do país é a regulamentação do direito de greve dos servidores públicos. Mesmo a Constituição tendo sido promulgada em 1988, ou seja, há quase 19 anos, o dispositivo constitucional que garante o exercício desse direito ainda pende de regulamentação.

No seio do movimento sindical depara-se, em linhas gerais, com duas correntes, uma defendendo a regulamentação, outra recusando-a. Em síntese singela, pode-se dizer que a primeira defende a regulamentação da norma constitucional para que haja maior garantia ao exercício do direito; a segunda refuta a regulamentação, sob o fundamento de que esta não é necessária para o exercício do direito, temendo ainda que qualquer regulamento possa vir a coibir ou restringir de algum modo o direito.

O assunto também ganha relevo pelo fato do Supremo Tribunal Federal (STF), a partir da análise de mandados de injunção (espécie de ação judicial que cobra o regulamento de uma norma, quando omissos o(s) Poder(es) competente(s)), caminha para determinar a aplicação aos servidores públicos da norma que hoje disciplina a greve no setor privado. (O julgamento no STJ já se iniciou, mas foi suspenso pelo pedido de vista de um dos ministros da Corte)

No entanto, creio que o debate, visto de modo isolado como ora se apresenta, se posta de maneira bastante insuficiente. Acredito ser necessário que se trave, no bojo das relações que permeiam as atividades públicas, o serviço público, seus servidores e os interesses da população para quem esses serviços são voltados, uma discussão mais ampla e abrangente que tenha como foco central a negociação coletiva no âmbito da Administração Pública. Isto é, em que condições, formas e meios esta pode e deve se dar entre os servidores e o Estado, este representado pelas autoridades que empalmam os Poderes constituídos.

Se até alguns anos atrás parecia heresia essa discussão, uma vez fincado o direito constitucional positivo brasileiro no princípio da legalidade, afetando esta regra os servidores a partir de uma premissa, ainda vigente, de que qualquer concessão de reajuste, aumento de vencimentos, reestruturação de carreiras, etc, depende, sempre, da iniciativa do Poder competente, o que, a princí-

pio, embotava essa formulação; não menos verdade é que a prática cotidiana dos últimos anos tem experimentado uma nova realidade, com campanhas salariais dos servidores, reuniões e tratativas com os agentes do Estado, culminando, muitas vezes, com “acordos” que são ratificados pelas ações legislativas correspondentes. No entanto, esta prática que vem se disseminando não encontra, como dito, marcos regulatórios por onde caminhar e tramitar, de certa forma relegando aos titulares de plantão do Poder competente o meio e o modo de agir diante dessas demandas dos agentes administrativos.

É certo que em várias ocasiões o que vemos é que a ausência desse requisito regulatório, o que fazem os servidores é desencadear movimento paredista em face do Estado (por certo afetando a população), em muitos casos para poder haver a própria negociação negociada pela Administração. Em outras palavras, a postura antisindical da Administração, para a qual inclusive não há qualquer previsão de sanção, em não querer ou se recusar a negociar, acaba por vezes desencadeando a greve, talvez possível de ser evitada caso existissem mecanismos legais razoáveis a permitir o fluir e fruir da pactuação coletiva, em prol não só dos servidores, mas da própria Administração e dos administrados (cidadãos) em geral.

Penso ser oportuno e de relevante interesse público que se pau-

te o debate existente também sob esse foco, de modo a avançarmos na construção de uma democracia mais efetiva, libertando-nos das peias do Estado liberal clássico e dos instrumentos de coerção que não contribuem para a construção da cidadania e da dignidade da pessoa humana, como previstos enquanto princípios fundamentais da República (*res publica*).

Marcelo Chalréo

Assessor Jurídico da Asduerj

